



**UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL – UAB
INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS
PRÓ-REITORIA DE ENSINO
DIRETORIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA – DIREAD
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU EM DOCÊNCIA NA
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

CÁTIA MARIA SOUZA DA SILVA

**A IMPORTÂNCIA DA ADAPTAÇÃO DE MATERIAIS DIDÁTICOS PARA
ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL**

ARAPIRACA, AL

2025

CÁTIA MARIA SOUZA DA SILVA

**A IMPORTÂNCIA DA ADAPTAÇÃO DE MATERIAIS DIDÁTICOS PARA
ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Federal de Alagoas Ifal, polo Arapiraca, em parceria com a Universidade Aberta do Brasil (UAB), como requisito parcial para obtenção do título de pós-graduado em Docência na Educação Profissional e Tecnológica.

Orientador (a): Prof. Dr. Diogo dos Santos
Souza

ARAPIRACA, AL

2025



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Instituto Federal de Alagoas
Campus Arapiraca

371.92

S586i Silva, Cátia Maria Souza da.

A importância da adaptação de materiais didáticos para estudantes do ensino médio com deficiência intelectual / Cátia Maria Souza da Silva. – Dados eletrônicos (1 arquivo: 719 KB). – 2025.

Sistema requerido: Adobe Acrobat Reader.

Modo de acesso: Internet.

Orientação: Prof. Dr. Diogo dos Santos Souza.

Pós-Graduação em Docência na Educação Profissional e Tecnológica. – Instituto Federal de Alagoas, Campus Arapiraca, Arapiraca, 2025.

1. Educação Especial. 2. Deficiência Intelectual. 3. Práticas Pedagógicas. II. Título.

CÁTIA MARIA SOUZA DA SILVA

**A IMPORTÂNCIA DA ADAPTAÇÃO DE MATERIAIS DIDÁTICOS PARA
ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Federal de Alagoas Ifal, polo Arapiraca, em parceria com a Universidade Aberta do Brasil (UAB), como requisito parcial para obtenção do título de pós-graduado em Docência na Educação Profissional e Tecnológica.

Orientador (a): Prof. Dr. Diogo dos Santos

Aprovado em: 03/ 03/ 2026

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Diogo dos Santos Souza (Orientador)
Instituto Federal de Alagoas

Documento assinado digitalmente



DIOGO DOS SANTOS SOUZA

Data: 01/04/2026 08:00:27-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profª Dra. Fernanda Lays Santos (Examinadora Interna)
Instituto Federal de Alagoas

Documento assinado digitalmente



FERNANDA LAYS DA SILVA SANTOS

Data: 16/03/2026 16:38:53-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profª Manuella Paiva de Holanda Cavalcanti (Examinadora Externa)
Instituto Federal de Alagoas

Documento assinado digitalmente



MANUELLA PAIVA DE HOLANDA CAVALCANTI

Data: 15/03/2026 19:48:25-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	6
2. EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA INCLUSIVA.....	8
3 A IMPORTÂNCIA DA ADAPTAÇÃO DE MATERIAIS DIDÁTICOS PARA ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL	11
4. ANÁLISE DE DADOS COLETADOS	15
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	22
REFERÊNCIAS	24

A IMPORTÂNCIA DA ADAPTAÇÃO DE MATERIAIS DIDÁTICOS PARA ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

Discente: Cátia Maria Souza da Silva

Docente: Prof. Dr. Diogo dos Santos Souza

RESUMO

Ao examinar os princípios do paradigma inclusivo, o Desenho Universal para Aprendizagem (DUA) e as bases legais, como a Lei Brasileira de Inclusão, identifica-se que a inclusão não se restringe aos estudantes público-alvo da Educação Especial, mas diz respeito à participação plena de todas as pessoas nos diversos espaços sociais. Desse modo, o presente artigo objetiva analisar a importância da adaptação de materiais didáticos para estudantes com deficiência intelectual no ensino médio. A presente pesquisa caracteriza-se como qualitativa, de natureza bibliográfica e documental, uma vez que se fundamenta na análise de produções acadêmicas, legislações, documentos oficiais e textos científicos que tratam dos temas Inclusão Social, Educação Inclusiva e Educação Especial. Os achados desta pesquisa apontam que, apesar dos avanços nas práticas de adaptação, ainda existem lacunas que precisam ser confrontadas. A reflexão contínua sobre as práticas pedagógicas e a busca por novas abordagens são fundamentais para o aprimoramento da Educação Especial na perspectiva Inclusiva. A implementação de políticas públicas que garantam a formação adequada e a disponibilização de recursos é essencial para assegurar que todos os alunos, independentemente de suas particularidades, tenham acesso a uma educação de qualidade.

Palavras-chave: Educação Especial. Deficiência Intelectual. Práticas Pedagógicas.

ABSTRACT

When examining the principles of the inclusive paradigm, Universal Design for Learning, and legal frameworks such as the Brazilian Inclusion Law, it becomes clear that inclusion is not limited to students who are the target audience, of Special Education, but rather concerns the full participation of all people in various social spaces. Thus, this article aims to analyze the importance of adapting teaching materials for students with intellectual disabilities in high school. This research is characterized as qualitative, of a bibliographic and documentary nature, as it is based on the analysis of academic productions, legislation, official documents, and scientific texts that address the themes of social inclusion, inclusive education, and special education. The findings of this research indicate that, despite advances in adaptation practices, there are still gaps that need to be addressed. Continuous reflection on pedagogical practices and the pursuit of new approaches are essential for the improvement of inclusive education. The implementation of public policies that ensure adequate training and the availability of resources is crucial to ensure that all students, regardless of their particularities, have access to a quality education.

Keywords: Inclusive Education. Intellectual Disability. Teaching Practices.

1. INTRODUÇÃO

A Educação Inclusiva entende a escola como um espaço para todos, em que as diferenças são parte da condição humana e não justificam exclusões. Nessa perspectiva, cada estudante aprende conforme as suas capacidades e participa plenamente do processo educativo. A inclusão, portanto, rompe com a divisão entre “normais” e “especiais” e critica práticas que responsabilizam o aluno por dificuldades escolares com o intuito de garantir o direito à diferença, e não apenas à diversidade, evitando a manutenção de desigualdades.

Ao examinar os princípios do paradigma inclusivo, o Desenho Universal para Aprendizagem (DUA), as bases legais, como a Lei Brasileira de Inclusão (LBI) e a distinção entre Educação Especial e Educação Inclusiva, identifica-se que a inclusão não se restringe aos estudantes público-alvo da educação especial, mas diz respeito à participação plena de todas as pessoas nos diversos espaços sociais. A partir desse estudo, é possível verificar que a inclusão deve ser compreendida como uma prática social ampla, fundamentada nos direitos humanos, que exige a transformação das práticas pedagógicas, dos recursos didáticos e das estruturas escolares, de modo a reconhecer a diversidade como valor e garantir a participação efetiva de todos os estudantes, sem exceção.

Nesse contexto, emerge o seguinte problema: Como as pesquisas e orientações teóricas têm abordado a adaptação de materiais didáticos para estudantes com deficiência intelectual no Ensino Médio e quais princípios e estratégias são apontados como mais adequados para garantir acessibilidade e aprendizagem? Para responder a essa questão, temos como objetivo geral analisar, por meio bibliográfico, as contribuições teóricas e pesquisas existentes sobre a adaptação de materiais didáticos para estudantes com deficiência intelectual no Ensino Médio.

Com a finalidade de atender esse objetivo, são delineados três específicos: a) discutir os princípios pedagógicos, recomendações legais e diretrizes apresentadas em pesquisas e documentos oficiais sobre adaptação de materiais, b) analisar a importância das estratégias de adaptação mais difundidas na produção acadêmica, e c) identificar a potencialidade da participação, contribuição e formação do professor no processo de inclusão e adaptação das práticas pedagógicas aos estudantes do Ensino Médio com deficiência intelectual.

A presente pesquisa caracteriza-se como qualitativa, de natureza bibliográfica e documental, uma vez que se fundamenta na análise de produções acadêmicas, legislações,

documentos oficiais e textos científicos que tratam dos temas Inclusão Social, Educação Inclusiva e Educação Especial.

Este trabalho é de abordagem qualitativa, pois segundo Fonseca (2002, p.20) “a pesquisa qualitativa se preocupa com aspectos que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais”. Assim, o foco é compreender como as coisas acontecem, na qual é utilizada a interpretação ideográfica, ou seja, é uma experiência interpretativa (Creswell, 2010).

Quanto aos procedimentos, esta pesquisa caracteriza-se como bibliográfica e documental. A dimensão bibliográfica justifica-se pela necessidade de conhecer, compreender e dialogar com o que já foi produzido sobre o tema, tarefa indispensável em qualquer investigação científica. Assim, a revisão bibliográfica permeia todo o desenvolvimento do presente estudo, oferecendo base teórica para as análises, interpretações e discussões apresentadas.

Nesse sentido, Fonseca (2002, p.32) assume que a pesquisa bibliográfica é realizada:

[...] a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web e sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto.

A coleta e organização dos materiais ocorreram por meio de buscas em bases acadêmicas, como SciELO, Google Scholar e Periódicos CAPES, entre outros, além do levantamento de legislações em portais oficiais do Governo Federal. A análise dos dados seguiu os princípios da análise de conteúdo temática, conforme Bardin (2011), estruturada em três etapas principais: pré-análise, com leituras iniciais para reconhecimento dos conceitos e argumentos; exploração do material, com identificação de categorias e elementos-chave nas fontes; e tratamento e interpretação dos resultados, articulando convergências, divergências e tensões entre os documentos. Esse percurso metodológico possibilitou construir uma compreensão crítica sobre os modos como a literatura e as normativas educacionais delineiam os conceitos de inclusão social, Educação Inclusiva e Educação Especial.

Este trabalho está organizado em seções distintas. Na Introdução, apresenta-se o tema, o problema de pesquisa, os objetivos, a justificativa do estudo e já perpassa pela metodologia, explicitando os procedimentos da pesquisa bibliográfica e os critérios de

seleção e análise das fontes. Em seguida, discute-se os fundamentos da Educação Especial na perspectiva Inclusiva, as influências de documentos internacionais e as políticas públicas brasileiras sob a perspectiva inclusiva. Posteriormente, é discutida a deficiência intelectual, conceituando-a, descrevendo suas características e implicações para a aprendizagem. Na seção que leva o título desse trabalho, são examinados os materiais didáticos de estratégias de adaptação, com destaque para diretrizes legais, princípios de acessibilidade, contribuições da literatura especializada, do professor e da formação continuada no processo de inclusão de alunos com deficiência intelectual. Seguindo, é apresentada a análise e discussão dos resultados encontrados na literatura, identificando desafios, estratégias e lacunas no campo estudado. Por fim, nas Considerações Finais, sintetizam-se as principais conclusões, retomam-se os objetivos e sugerem-se possibilidades para pesquisas futuras.

A partir dos dados contextualizados, apresentados e analisados, espera-se que o presente trabalho venha a contribuir para o aprofundamento das discussões sobre a adaptação de materiais didáticos, oferecendo subsídios teóricos que fortaleçam práticas pedagógicas inclusivas e orientem professores na construção de recursos acessíveis aos estudantes do Ensino Médio com deficiência intelectual.

2. EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA INCLUSIVA

O conceito de inclusão está em constante evolução, entretanto, neste momento, o termo pode ser muito útil como agente de mudança conceitual, indicando que não é suficiente para os estudantes com Necessidades Educacionais Específicas (NEE) estarem nas escolas regulares, mas devem participar de toda a vida escolar e social dela. Isso significa que as comunidades e as instituições de ensino devem estar preparadas para acolher e educar a todos e não apenas as pessoas sem deficiência. Por isso, a inclusão pressupõe que a convivência e a aprendizagem em grupo são formas de beneficiar a todos e não apenas as pessoas consideradas como diferentes.

Com essas abordagens e considerando que a Educação é um direito de toda pessoa e que contribui para o seu desenvolvimento e o de uma sociedade mais igualitária, é importante investigar a aplicação desses princípios nas salas de aula, e, assim, favorecer melhorias e propostas que proporcionem aos alunos uma educação mais justa e equitativa, onde se promova uma educação mais inclusiva como princípio norteador.

Deve-se levar em consideração que, atualmente, a inclusão direciona-se especialmente para alunos dentro das instituições; recebendo, cada vez mais, atenção e recursos, refletindo a garantia de um acesso à educação com qualidade. Porém, essa ênfase que é dada, em muitos momentos, não atende de maneira eficiente aos alunos com deficiência. Já dizia Oliveira e Vêras (2022), que enquanto as políticas educacionais buscam a criação de espaços cada vez mais inclusivos para os alunos, a formação e o suporte adequado aos professores ainda apresentam diversas limitações, não alcançando a plenitude e efetivação de uma formação para esses profissionais; assim, resultando em uma falta de representatividade docente, que consolidaria a criação de apoios e modelos para todos dentro da sociedade.

Segundo Macêdo, Freitas e Teixeira (2024), a aprendizagem e o desenvolvimento integral dos discentes nas unidades escolares não dependem apenas das necessidades educacionais próprias e individuais, mas também das realidades que surgem no cotidiano de cada escola, relacionadas à organização escolar, às estratégias de aprendizagem, os esforços e objetivos dos professores, as interações entre a família e os interesses dos alunos em seus próprios processos educativos.

A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência adota o modelo social da deficiência ao definir que esta resulta da interação entre impedimentos de longo prazo e as barreiras existentes no contexto social (Brasil, 2015). Dentre as diversas deficiências existentes, a que recebe destaque na presente pesquisa é a Deficiência Intelectual que, por sua vez, pode ser caracterizada pelas limitações que ocorrem tanto em um nível determinado de funcionamento intelectual quanto em possíveis comportamentos adaptativos, que podem abranger as mais diversas habilidades conceituais, sociais e práticas, possibilitando o desenvolvimento de suas concepções antes da idade de 18 anos. Essas limitações acabam por impor desafios significativos para a eficácia do processo de ensino e aprendizagem, requerendo a criação de estratégias que possam criar mecanismos metodológicos diferenciados para o bom desenvolvimento do aluno em sala de aula (Alves *et al.*, 2022).

Para Mantoan (2015, p.54), “ensinar na perspectiva inclusiva implica ressignificar o currículo, flexibilizar tempos, espaços, materiais e estratégias, de modo que todos os alunos possam aprender, cada um a seu modo”. No âmbito educacional, esse entendimento desloca o foco das limitações individuais para a responsabilidade da escola em eliminar barreiras pedagógicas, comunicacionais e atitudinais. Nesse sentido, o Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA) constitui um referencial fundamental

para as práticas pedagógicas inclusivas, pois orienta o planejamento do ensino a partir da diversidade dos estudantes, oferecendo múltiplas formas de representação, expressão e engajamento, a fim de reduzir barreiras à aprendizagem e ampliar as oportunidades de sucesso para todos os estudantes.

Articulado a essa perspectiva, o Atendimento Educacional Especializado (AEE) atua de forma complementar e suplementar à escolarização, contribuindo para a acessibilidade curricular e para a participação plena dos estudantes com deficiência no ensino regular, em consonância com os pressupostos da Educação Especial na perspectiva Inclusiva: “O atendimento educacional especializado tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem barreiras para a plena participação dos alunos” (Brasil, 2008).

Por isso, o desenvolvimento de uma Educação Especial na Perspectiva Inclusiva implica modificações no próprio sistema educacional, que dão lugar ao surgimento de políticas públicas em torno dessa questão, dando às escolas as diretrizes teórico-práticas, por meio de estratégias e ferramentas que preparem as comunidades educativas para o desenvolvimento intercultural e realizar práticas pedagógicas estratégicas para responder aos novos desafios da Educação na perspectiva Inclusiva.

A Educação Inclusiva está fundamentada na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva do Ministério da Educação (MEC), que dispõe sobre a Educação Especial e o Atendimento Educacional Especializado. Os autores Macêdo *et al.* (2024) e Melo e Silva (2024) salientam que seu objetivo é garantir que todos os alunos aprendam juntos no ensino regular, de modo a respeitar todas as pessoas, independente de raça, gênero, sexo, classe ou necessidades educacionais especiais.

Autores como Vasconcelos e Rêgo (2025) e Costa Júnior *et al.* (2023) defendem que diversos são os obstáculos enfrentados durante o processo de inclusão, podendo ser destacados como: a falta de recursos materiais; turmas com grande quantidade de alunos; profissionais não qualificados e falta de capacitação continuada; escassez de recursos humanos; desvalorização e/ou pouco investimento na formação de professores; carência de um trabalho conjunto da equipe pedagógica; falta de capacitação adequada do professor de apoio; e o apoio dos pais ou familiares, que devem aceitar a deficiência do filho e incentivá-lo a viver de forma igualitária .

Para Vasconcelos e Rêgo (2025), participar de forma plena do processo educacional, é reforçar uma visão pelo princípio da não discriminação, que permeia toda

esta legislação, garantindo e assegurando medidas voltadas para a eliminação de barreiras que possam vir a existir e impeçam a inclusão efetiva de estudantes com deficiência:

A Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva tem como objetivo assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, orientando os sistemas de ensino para garantir o acesso, a participação e a aprendizagem no ensino regular.(Brasil, 2011, Art. 1º).

Os princípios da LBI fundamentam a oferta de uma Educação Inclusiva, e se estabelecem como essenciais para a construção de um ambiente educacional que respeite a forma e espaço de valorização da diversidade. A LBI discute a inclusão enquanto esfera formativa da vida, incluindo que a Educação é um dever efetivo do Estado, da sociedade e da família, com a promoção de condições para que pessoas com deficiências possam exercer de forma plena seus direitos.

Assim, a LBI visa tratar da acessibilidade como um aspecto crucial para a efetivação do direito à educação, em que as instituições devem garantir o lado acessível em todos os seus espaços e serviços, possibilitando aos alunos com deficiência o usufruto das instalações da escola de forma plena e independente.

Incumbe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar o sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades, bem como o aprendizado ao longo de toda a vida, garantindo condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem da pessoa com deficiência. (Brasil, 2015, art. 28).

Essa forma de acessibilidade não apenas se limita à infraestrutura escolar, mas é responsável por criar formatos de acessibilidade pedagógica, em que se fundamente como prioridade para que alunos deficientes possam receber a atenção devida e o suporte necessário para a concretização de seu aprendizado.

3 A IMPORTÂNCIA DA ADAPTAÇÃO DE MATERIAIS DIDÁTICOS PARA ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

Segundo Hoffmann (2014, p. 86): “adaptar materiais não significa reduzir o conteúdo, mas reorganizá-lo pedagogicamente para torná-lo compreensível e significativo ao aluno”. Dessa forma, os recursos educacionais têm uma função essencial na jornada de ensino e aprendizagem, principalmente ao focar em estudantes com

deficiência intelectual. Esses estudantes frequentemente lidam com dificuldades particulares que exigem modificações específicas para assegurar que consigam acessar e entender o material de maneira eficiente. O uso de materiais adaptados pode ajudar na compreensão de ideias e na memorização de dados, tornando a aprendizagem mais interativa e cativante.

A adaptação de materiais didáticos não representa um privilégio ou facilitação, mas uma estratégia pedagógica indispensável para a eliminação de barreiras e para a garantia do direito à aprendizagem de estudantes com deficiência intelectual. Uma das estratégias fundamentais para adaptação consiste na redução da complexidade do conteúdo. Isso quer dizer, por exemplo, que os textos precisam ser reformulados em uma linguagem mais clara, empregando sentenças breves e um vocabulário fácil de entender. Para Vygotsky (2007, p.103), “a aprendizagem adequadamente organizada resulta em desenvolvimento mental e põe em movimento vários processos de desenvolvimento que, de outra forma, seriam impossíveis de acontecer”.

Além disso, é fundamental que os recursos incluam exemplos práticos e contextualizados, que auxiliem os estudantes a conectar a teoria com situações do dia a dia. De acordo com Rodrigues Ribeiro e Valverde (2025), essa prática metodológica não somente torna mais fácil o entendimento, como também incentiva a participação proativa dos estudantes nas tarefas sugeridas.

Uma abordagem eficiente é a aplicação de tarefas práticas e recreativas, por meio do desenvolvimento de atividades lúdicas e interações em grupo que podem ser integradas de forma multidisciplinar, estimulando a aprendizagem de maneira agradável. Essas tarefas podem contribuir para elevar o entusiasmo dos estudantes e estabelecer um espaço de aprendizagem mais cooperativo. Segundo Weber e Rocha (2024), ao incluir os estudantes em atividades que demandam colaboração e interação, os professores podem promover o aprimoramento de competências sociais e de comunicação.

A tecnologia também constitui um importante recurso para a adaptação de materiais pedagógicos destinados a estudantes com deficiência intelectual, pois possibilita a apresentação dos conteúdos em múltiplas linguagens, respeitando diferentes ritmos e estilos de aprendizagem. “As tecnologias digitais favorecem a personalização do ensino, permitindo atender às diferenças individuais e aos diversos ritmos de aprendizagem” (Moran, 2015, p.23). Ao permitir a personalização das atividades, o uso de recursos visuais, auditivos e interativos, bem como a flexibilização das formas de avaliação, a tecnologia contribui para a eliminação de barreiras pedagógicas e para a

efetivação de práticas inclusivas, em consonância com os princípios do Desenho Universal para a Aprendizagem e do Atendimento Educacional Especializado. A tecnologia amplia as possibilidades de acesso, compreensão e participação, permitindo que os materiais didáticos sejam adaptados de acordo com o ritmo, as necessidades e as formas de aprendizagem dos estudantes com deficiência intelectual.

Vale destacar também, que o aperfeiçoamento constante dos professores, por meio de estudos continuados promovidos por secretarias de educação é fundamental para a aplicação de métodos de adaptação. Os educadores precisam ser formados para reconhecer as particularidades de cada estudante e para aplicar diferentes métodos de ensino. Oficinas e programas de capacitação acerca da inclusão e da diversidade nas escolas são recursos importantes que auxiliam os professores a aprimorarem suas competências e a se sentirem mais seguros em suas abordagens (Lima, Sena e Serra, 2024).

O acompanhamento constante do professor permite identificar necessidades e ajustar estratégias de ensino para garantir o avanço da aprendizagem à pessoa com deficiência intelectual. Ao invés de utilizar testes padronizados, que podem não mostrar o real potencial dos estudantes, os professores devem explorar formas alternativas de avaliação, como portfólios, exposições orais ou trabalhos projetuais. Para Falcão (2025), essa adaptabilidade na avaliação possibilita que os estudantes manifestem seu aprendizado de formas que lhes sejam mais agradáveis e relevantes.

A cooperação entre professores, família e especialistas é essencial para o êxito da prática educativa. A troca de saberes e vivências entre esses grupos pode levar a um apoio mais sólido para os estudantes. Além disso, é fundamental que os lares participem, sendo convidados a permanecer no espaço escolar e juntos, poderem participar da vivência de seus filhos, para que assim, estejam a par das táticas empregadas na instituição de ensino, uma vez que isso promove um ambiente educacional mais integrado e contribui para o aprimoramento das competências na língua portuguesa fora do ambiente escolar (Pina e Santana, 2025).

A inserção de estudantes com deficiência intelectual nas salas de aula regulares representa um desafio que demanda um planejamento meticuloso e uma abordagem focada no aluno. Segundo Lima *et al.* (2024, p.14):

os recursos didáticos precisam ser desenvolvidos levando em consideração as variadas maneiras de aprender e as competências

individuais de cada estudante. Isso não se limita apenas à escolha de textos adequados, mas também envolve a criação de atividades que respeitem o ritmo de aprendizado de cada um, assegurando que todos possam se envolver ativamente nas aulas.

Uma estratégia que tem demonstrado bons resultados também, é o uso de histórias em quadrinhos e livros com ilustrações, onde, esses formatos visuais são úteis para prender a atenção dos estudantes e tornar a assimilação do conteúdo mais fácil. Para Weber e Rocha (2024, p.17), “A mistura de texto e ilustrações torna a aprendizagem mais acessível e prazerosa, favorecendo um ambiente escolar mais inclusivo”.

As adaptações também podem envolver a personalização dos materiais, considerando os interesses dos estudantes. Por exemplo, se um aluno se mostra interessado por animais, o professor pode usar textos e atividades que estejam relacionados a esse assunto para ensinar conceitos das disciplinas. Essa personalização não apenas faz com que o conteúdo seja mais pertinente, mas também aumenta a motivação dos alunos, incentivando um maior envolvimento nas tarefas propostas.

Outra recomendação é empregar diversas modalidades de ensino. Isso significa que os professores devem utilizar diferentes abordagens pedagógicas, como visual, auditiva e cinestésica. Ao diversificar as metodologias, os educadores conseguem atender às diversas formas de aprendizado, facilitando a compreensão do conteúdo. Por exemplo, uma aula pode incluir vídeos, músicas e atividades práticas, permitindo que cada aluno encontre uma maneira de se conectar com o material.

Criar um ambiente de aprendizado positivo e acolhedor é crucial para o sucesso dos alunos com deficiência intelectual. Os professores devem prestar atenção ao clima da sala, promovendo a empatia e o respeito mútuo entre os alunos. Fomentar a cooperação e o trabalho em grupo pode ajudar a formar relacionamentos saudáveis e a diminuir o estigma ligado à deficiência. Um ambiente inclusivo não só favorece os alunos com deficiência, mas também enriquece a experiência de aprendizado para toda a turma.

É fundamental a reflexão constante sobre as práticas de ensino para aprimorar a qualidade da educação. Essa autoanálise possibilita identificar o que está funcionando bem e o que pode ser melhorado, garantindo que todos os alunos tenham acesso a uma educação de qualidade. A inclusão genuína vai além de ajustes superficiais; é um compromisso com a diversidade e o aprendizado de todos os alunos em suas particularidades (Cirino e Cruz, 2025).

A adaptação de materiais didáticos constitui uma estratégia fundamental para a efetivação da Educação Especial na perspectiva Inclusiva, uma vez que possibilita o

acesso ao currículo comum respeitando os diferentes modos de aprender. Conforme destaca Mantoan (2015, p.50), “a adaptação de materiais e estratégias de ensino é uma condição essencial para que todos os alunos tenham acesso ao currículo comum”, o que exige do professor flexibilidade pedagógica e planejamento intencional.

4. ANÁLISE DE DADOS COLETADOS

Para a compilação das informações¹ extraídas dos artigos utilizados, foi desenvolvida um quadro especificamente estruturado para agrupar os dados cruciais dos artigos selecionados. Esse instrumento visa consolidar todas as informações essenciais que facilitaram a condução da pesquisa, como demonstrado no quadro 1 abaixo.

PLATAFORMA	ANO	TÍTULO	REFLEXÕES
Revista de Educação do UNIDEAU	2024	A TRAJETÓRIA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL EM MS: EVOLUÇÃO, DESAFIOS E INCLUSÃO	Os autores enfatizam a importância da inclusão escolar para o desenvolvimento integral de estudantes com deficiência, propondo reflexões sobre políticas educacionais e a formação de profissionais da área.
Práticas Educativas, Memórias e	2021	REFLEXOS DA RELAÇÃO PROFESSOR-ALUNO PARA A	Os autores ressaltam que interações positivas entre professores e

¹ As informações dos artigos apresentados neste quadro referem-se aos escritos iniciais que fundamentaram esta pesquisa e contribuíram para a continuidade da literatura sobre essa temática.

<p>Oralidades - Rev. Pemo</p>		<p>APRENDIZAGEM NO CONTEXTO FORMAL DE ENSINO</p>	<p>alunos favorecem um ambiente de aprendizado mais eficaz, promovendo não apenas o desenvolvimento acadêmico, mas também o emocional e social dos estudantes.</p>
<p>Práticas Educativas, Memórias e Oralidades - Rev. Pemo</p>	<p>2025</p>	<p>LEITURA E ESCRITA DO ESTUDANTE COM DEFICIÊNCIA INTELLECTUAL: CONTRIBUIÇÕES DAS HISTÓRIAS EM QUADRINHOS (HQS)</p>	<p>Os autores destacam que esse recurso visual e narrativo facilita a compreensão e engajamento dos alunos, contribuindo para o desenvolvimento de habilidades linguísticas de forma lúdica e acessível.</p>
<p>Revista Teias</p>	<p>2025</p>	<p>DEFICIÊNCIA INTELLECTUAL: REFLETINDO SOBRE A MEDIAÇÃO NA EQUIPARAÇÃO DE OPORTUNIDADES DE ACESSO AO CONHECIMENTO</p>	<p>As autoras discutem estratégias que promovem a inclusão e o desenvolvimento das potencialidades desses alunos, enfatizando a necessidade de</p>

			um ambiente educacional adaptado e sensível às suas necessidades específicas.
Revista Contemporânea	2024	JOGOS DIGITAIS E INCLUSÃO ESCOLAR DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL: UMA REVISÃO DE LITERATURA (2015 A 2023).	As autoras destacam que esses recursos interativos podem facilitar a aprendizagem e a socialização de estudantes com deficiência intelectual, promovendo um ambiente de ensino mais acessível e engajador.
Cadernos Cajuína	2025	ADAPTAÇÃO E AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NO CONTEXTO DE SALA DE AULA DE LÍNGUA PORTUGUESA PARA EDUCANDOS COM AUTISMO: UMA REVISÃO INTEGRATIVA.	Os autores ressaltam a importância de adaptações curriculares e métodos de avaliação que considerem as particularidades desses alunos, promovendo uma aprendizagem mais efetiva e inclusiva.

Sertanias: Revista de Ciências Humanas e Sociais	2024	A DEFICIÊNCIA INTELLECTUAL E A ADAPTAÇÃO DE ATIVIDADES DE LÍNGUA INGLESA NAS PERSPECTIVAS DA TEORIA INTERACIONISTA E DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA.	Os autores enfatizam a necessidade de estratégias inclusivas que promovam a interação e a participação ativa desses estudantes, garantindo um aprendizado significativo e contextualizado.
Revista Foco	2025	FORMAÇÃO CONTINUADA E CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DOCENTE NO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO: DESAFIOS E PERSPECTIVAS.	As autoras discutem os desafios enfrentados pelos educadores e as perspectivas para aprimorar suas práticas, destacando a importância de um desenvolvimento profissional que promova a inclusão e a valorização da diversidade no ambiente escolar.

Fonte: elaborado pela autora (2025).

O quadro apresenta uma visão abrangente sobre a evolução da Educação Especial na Perspectiva Inclusiva, evidenciando a importância de práticas pedagógicas adaptadas e da formação continuada de profissionais. Os artigos discutem desde a relevância das interações positivas entre professores e alunos até o uso de recursos como histórias em

quadrinhos e jogos digitais, que facilitam o aprendizado dos estudantes com deficiência intelectual. Além disso, ressaltam a necessidade de ambientes educacionais adaptados e sensíveis às particularidades dos alunos, assim como o papel vital da formação docente na promoção de uma Educação Inclusiva e de qualidade. Essa análise resalta a interconexão entre teoria e prática na busca por uma educação que valorize a diversidade e potencialize o desenvolvimento integral de todos os estudantes.

Sabe-se que o papel primordial da escola é inserir o aluno no contexto escolar, transmitir valores éticos e sociais, dar-lhe total conhecimento para um futuro cidadão capaz e formador de senso crítico, no contexto globalizado em que a concorrência se faz de forma esmagadora para se colocar, integrar e interagir na sociedade, bem como no mercado de trabalho, principalmente para os deficientes.

Assim, deve-se ressaltar que a Deficiência Intelectual (DI) não deve ser compreendida como uma condição que se forma de maneira estática e imutável, mas deve ser considerada como um estado em que o funcionamento pode apresentar modificações a partir de possíveis intervenções que necessitam de suporte adequado. Olhando por essa ótica, Araujo *et al.* (2024, p.15), esclarece que, “a escola vem a desenvolver um papel de fundamental importância para a promoção de mecanismos que efetivem um maior desenvolvimento da aprendizagem de todos os estudantes”.

Para Fagundes e Sobreira (2023, p. 13), a formação do professor é de fundamental contribuição nesse processo de adaptação de práticas pedagógicas para alunos com DI, onde o professor deve participar ativamente:

Criando métodos que possam superar todos os desafios que são apresentados para a inserção deste aluno no espaço escolar; onde, entre os principais desafios a serem eliminados está na falta de uma formação adequada aos professores, na busca por criar mecanismos para lidar com todas as particularidades educacionais do estudante com DI.

Vale ser destacado que a presença de alunos com DI em sala de aula é um elemento enriquecedor para a experiência vivenciada em sala de aula, promovendo uma cultura de empatia e valorização, que efetive a formação para a educação de todos. Essa informação é corroborada por Guimarães, Barbosa e Oliveira (2025), que diz que devemos desconstruir os preconceitos existentes sobre a capacidade dos alunos com DI no ambiente escolar, necessitando da criação de políticas que possam cada vez mais ampliar

a formação e o suporte de alunos com deficiência, para a garantia de oportunidades nos espaços escolares.

É necessário, cada vez mais, criar adaptações curriculares e estratégias pedagógicas para uma promoção eficaz da aprendizagem e participação efetiva dos alunos com DI, adaptando-se a todo o processo, que é complexo e com diversos deságios, requerendo articulações para os mais diversos saberes e práticas. Segundo Galvão e Casimiro (2023), os alunos com DI apresentam perspectivas diferenciadas para um enriquecimento educativo, onde suas experiências e vivências de mundo são capazes de proporcionar a otimização do processo educacional, quando deixado de lado, todo e qualquer (pré)conceito em busca de entender a realidade de todos os envolvidos.

Por meio da construção de significados, em busca de uma atuação adequada ao aluno, acaba-se ligando à busca aos conhecimentos a valorização e reconhecimento dentro da escola, por meio do apoio de todos os membros escolares, alicerçando a integração da comunidade escolar. Por meio desse incentivo e reconhecimento, os alunos com deficiências intelectuais poderão ter mais confiança, motivando-se para inovar em suas práticas metodológicas na escola, fortalecendo os laços entre todos os profissionais e criando métodos que possam efetivar e favorecer o desenvolvimento de seus alunos.

Ainda sobre formação, Costa Júnior *et al.* (2023, p. 144) salienta que:

É um papel fundamental para a construção desses significados em prol de uma educação significativa ao aluno com deficiência intelectual, necessitando, cada vez mais, trazer discussões pertinentes para a inclusão, buscando novas práticas que discutam e sensibilizem a participação, engajando um processo formativo que considere a realidade de todos os alunos, oportunizando um aprimoramento de suas habilidades, na busca por desenvolver estratégias que atendam às necessidades que os alunos possam vir a desenvolver dentro da escola.

A reflexão crítica dessas nuances práticas vem a ser formadas como componentes importantes para a construção dessa educação para alunos com deficiência intelectual, onde, por meio de uma análise determinante, todas as experiências possam impactar de forma positiva às abordagens pedagógicas, identificando os pontos para melhoria e desenvolvendo novas técnicas que atendam às necessidades dos alunos. Através dessa reflexão, poderá haver um enriquecimento da atuação de todos, promovendo um crescimento profissional contínuo que beneficiará todos, professores, alunos e comunidade escolar (Almeida, 2021).

A permanência de discentes com DI na escola regular de ensino carece não somente de estudos, mas de um olhar efetivo para a garantia de seus direitos, assim, como um olhar atento para a construção de significados para a prática existente nesses espaços, onde, há de se enfrentar todos os desafios estereotipados dentro da educação. De acordo com Almeida (2021), a presença destes alunos em sala de aula se forma como testemunhos de que a educação está em constante modificação, devendo ser formada como um espaço de acolhimento que respeite a todos, garantindo que todos venham a ter o direito a serem ouvidos e valorizados.

A investigação realizada teve como objetivo examinar a importância das práticas de adaptação de materiais didáticos voltadas para alunos do Ensino Médio com deficiência intelectual. Os achados mostram que, apesar de haver orientações e leis que incentivam a inclusão, a aplicação efetiva dessas adaptações ainda enfrenta obstáculos significativos nas instituições de ensino. A revisão da literatura indica que a falta de formação específica para os professores e a carência de recursos pedagógicos adequados são dificuldades reais para o acesso pleno ao aprendizado por parte desses estudantes.

As informações coletadas também mostram que a simplificação do conteúdo é uma das práticas mais mencionadas nas fontes consultadas. Textos adaptados com uma linguagem mais simples e acessível, incluindo exemplos contextualizados e recursos visuais, ajudam na melhor compreensão dos alunos com deficiência intelectual. Pina e Santana (2025), afirma que essa abordagem não só facilita a absorção, mas também estimula a participação ativa dos estudantes, criando um ambiente de aprendizado mais colaborativo e inclusivo.

Em consonância, as atividades lúdicas e práticas, uso da tecnologia, aliados a capacitação docente e colaboração familiar são fatores primordiais para que o aluno com deficiência intelectual obtenha êxito no seu processo de aprendizagem.

Os jogos e dinâmicas de grupo são uma excelente forma de ensinar por meio da ludicidade propondo a participação, ao tempo que aprimora as habilidades sociais e de comunicação. Silva Santos e Da silva (2024) salienta que interação entre os alunos durante essas atividades é vital para estreitar laços e criar um ambiente escolar mais acolhedor que valoriza a diversidade.

A tecnologia por sua vez, por meio de ferramentas digitais e programas educacionais oferecem, por exemplo, a possibilidade de leitura em voz alta, animações e atividades interativas que podem ser decisivas para facilitar o aprendizado e contribuir para que a aprendizagem seja mais inclusiva e interessante para estudantes com

deficiência intelectual, entretanto, segundo Rodrigues Ribeiro e Valverde (2025), o acesso a essas tecnologias ainda é restrito em muitas escolas, o que prejudica a eficácia das práticas pedagógicas inclusivas.

Quanto a formação docente, Almeida (2021) relata que programas de capacitação que abordam temas como inclusão e diversidade são essenciais para que os educadores fiquem seguros em suas práticas e consigam aplicar estratégias de ensino mais eficazes. Além disso, a forma de avaliar as aprendizagens precisa ser reavaliada. Exames tradicionais podem não representar o verdadeiro potencial dos alunos com deficiência intelectual. Métodos alternativos, como portfólios e projetos, possibilitam que esses estudantes demonstrem seu conhecimento de maneiras que sejam mais confortáveis e significativas para eles. Essa flexibilidade na avaliação é crucial para garantir que todos os alunos tenham a chance de mostrar suas aprendizagens.

A pesquisa enfatiza a relevância da colaboração entre educadores, famílias e profissionais especializados, pois segundo Silva Santos e da Silva (2024), a inclusão é um esforço conjunto que demanda a participação ativa de toda a comunidade escolar, favorecendo um ambiente onde todos se sintam valorizados e respeitados. Pressupondo dessa forma que os educadores devem verificar frequentemente a eficácia das adaptações que foram feitas e buscar opiniões dos alunos e das famílias.

Com isso, os achados deste estudo mostram que, apesar dos progressos nas práticas de adaptação de materiais didáticos para alunos com deficiência intelectual, ainda há deficiências que devem ser tratadas. A capacitação dos professores, a oferta de recursos apropriados e a criação de um ambiente escolar inclusivo são fatores fundamentais para o êxito desse procedimento. A permanência das pesquisas nesse campo é vital para o aperfeiçoamento das práticas educativas e para a realização de uma educação efetivamente inclusiva.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo analisar a importância da adaptação de materiais didáticos para estudantes com deficiência intelectual no Ensino Médio, à luz do paradigma da Educação Especial na perspectiva Inclusiva, das bases legais e das contribuições teóricas presentes na literatura especializada. A partir de uma abordagem qualitativa, de natureza bibliográfica e documental, foi possível compreender como as pesquisas e os documentos normativos têm discutido estratégias, princípios e desafios

relacionados à acessibilidade pedagógica e à garantia do direito à aprendizagem desses estudantes.

Os achados evidenciam que a adaptação de materiais didáticos constitui um elemento central para a efetivação da Educação Especial na perspectiva Inclusiva, pois possibilita o acesso ao currículo comum respeitando os diferentes modos de aprender, as potencialidades e os ritmos dos alunos com deficiência intelectual. As estratégias mais recorrentes na literatura incluem a simplificação e reorganização dos conteúdos, o uso de recursos visuais e concretos, a contextualização das atividades, a diversificação metodológica, a flexibilização das avaliações e a incorporação de tecnologias digitais como apoio à aprendizagem. Tais práticas demonstram alinhamento com os princípios do Desenho Universal para a Aprendizagem e com as diretrizes do Atendimento Educacional Especializado, ao buscarem eliminar barreiras pedagógicas, comunicacionais e atitudinais.

Entretanto, a análise também revelou que, apesar dos avanços normativos e teóricos, ainda persistem lacunas significativas no campo da prática educacional. Destacam-se, entre os principais desafios, a insuficiência de formação continuada dos professores, a escassez de recursos pedagógicos adaptados, as limitações estruturais das instituições de ensino e a dificuldade de articulação entre políticas públicas e o cotidiano escolar. Esses fatores comprometem a implementação efetiva das adaptações e, conseqüentemente, a participação plena e a aprendizagem dos estudantes com deficiência intelectual no Ensino Médio.

Nesse sentido, o estudo reforça a compreensão de que a inclusão não se limita à presença física do aluno na escola, mas exige transformações profundas nas práticas pedagógicas, na organização escolar e na postura dos profissionais da educação. A adaptação de materiais didáticos, longe de representar uma facilitação indevida, configura-se como uma estratégia pedagógica indispensável para a promoção da equidade e para a concretização do direito à educação de qualidade, conforme assegurado pela Lei Brasileira de Inclusão.

Por fim, espera-se que este trabalho² contribua para o fortalecimento das discussões sobre Educação Especial na perspectiva Inclusiva e para a sensibilização de

² Por se tratar de um estudo exclusivamente bibliográfico e documental, sugerem-se, portanto, pesquisas futuras com estudos de campo e relatos de experiências colaborativas com professores e estudantes, a fim de aprofundar a compreensão sobre a aplicação concreta das adaptações de materiais didáticos no Ensino Médio para deficientes intelectuais.

gestores, professores e formuladores de políticas públicas quanto à importância da adaptação de materiais didáticos como condição essencial para a aprendizagem e a participação dos estudantes com deficiência intelectual. A consolidação de uma escola verdadeiramente inclusiva demanda compromisso coletivo, investimento contínuo em formação docente e a valorização da diversidade como princípio estruturante do processo educativo.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, J.; FRIEDRICH, D. L. B. O papel do professor na Educação Inclusiva. **REVISTA FACULDADE FAMEN | REFFEN | ISSN 2675-0589**, [S. l.], v. 2, n. 1, p. 52–67, 2021. DOI: 10.36470/famen.2021.r2a08.2021. Disponível em: <https://revistafamen.com.br/index.php/revistafamen/article/view/19>. Acesso em: 1 dez. 2025.

ALVES, Sónia; MACEDO, Lara; MADANELO, Olga Maria; MARTINS, Maria Manuela; MARTINS, Maria. Trabalho colaborativo docente para a melhoria da ação educativa. **Gestão e Desenvolvimento**, [S. l.], n. 30, p. 209–231, 2022. DOI: 10.34632/gestaoedesenvolvimento.2022.11325. Disponível em: <https://journals.ucp.pt/index.php/gestaoedesenvolvimento/article/view/11325>. Acesso em: 1 dez. 2025.

ARAUJO, F. Z.; SALLES, F. L. S.; CRUZ, M. B. de B.; SIQUEIRA, M. F.; BONFAT, D. L.; DE FARIA, R. R.; CHICON, J. F.; SÁ, M. das G. C. S. Capacitismo, deficiência e educação física: notas sobre uma prática discriminatória e excludente. **OBSERVATÓRIO DE LA ECONOMÍA LATINOAMERICANA**, [S. l.], v. 22, n. 2, p. e3380, 2024. DOI: 10.55905/oelv22n2-184. Disponível em: <https://ojs.observatoriolatinoamericano.com/ojs/index.php/olel/article/view/3380>. Acesso em: 1 dez. 2025.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011, 229 p.

BARBOSA, A. K. G. .; BEZERRA, T. M. C. Educação Inclusiva: Reflexões sobre a escola e a formação docente. **Ensino em Perspectivas**, [S. l.], v. 2, n. 2, p. 1–11, 2021. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/ensinoemperspectivas/article/view/5871>. Acesso em: 1 dez. 2025.

BARRETO, Veridiana de Andrade; REIS, Marcos Gabriel Furtado; AURELIANO, Samara Freitas; MEDEIROS, Jucélia Linhares Granemann de. A trajetória da educação especial em MS: Evolução, desafios e inclusão. **REI - Revista de Educação do UNIDEAU**, [S. l.], v. 4, n. 2, p. e233, 2024. Disponível em: <https://www.periodicos.ideau.com.br/index.php/rei/article/view/233>. Acesso em: 1 dez. 2025.

BELO, P. A. de P.; OLIVEIRA, R. M. de; SILVA, R. C. da. Reflexos da relação professor-aluno para a aprendizagem no contexto formal de ensino. **Práticas Educativas, Memórias e Oralidades - Rev. Pemo**, [S. l.], v. 3, n. 2, p. e323880, 2021. DOI: 10.47149/pemo.v3i2.3880. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/revpemo/article/view/3880>. Acesso em: 1 dez. 2025.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [1988]. não paginado. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 01 dez. 2025.

BRASIL. **Lei nº 13.146**, de 6 de julho de 2015. Instituiu a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Presidência da República, [2015]. não paginado. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm. Acesso em: 25 nov. 2025.

BRASIL. **Decreto Nº 7.611**, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm. Acesso em: 15 nov. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

CAST. Universal Design for Learning Guidelines version 2.2. **Wakefield, MA: CAST**, 2018.

CIRINO, R. M. B.; PRIMON, J. A.; CRUZ, G. de C. Leitura e escrita do estudante com deficiência intelectual: contribuições das histórias em quadrinhos (HQs). **Práticas Educativas, Memórias e Oralidades - Rev. Pemo**, [S. l.], v. 7, p. e15234, 2025. DOI: 10.47149/pemo.v7.e15234. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/revpemo/article/view/15234>. Acesso em: 22 dez. 2025.

COSTA JÚNIOR, João Fernando; OLIVEIRA, Carla Cibele de; SOUSA, Fabrícia Fátima de; SANTOS, Kelly Taveira dos; SILVA, Marcondes Inácio da; GOMES, Neirivaldo Caetano; TORRES JÚNIOR, José Humberto; AMORIM, Tassyano Feitosa de. Os novos papéis do professor na educação contemporânea. **Rebena - Revista Brasileira de Ensino e Aprendizagem**, [S. l.], v. 6, p. 124–149, 2023. Disponível em: <https://rebena.emnuvens.com.br/revista/article/view/99>. Acesso em: 1 dez. 2025.

CRESWELL, J. W. Parte II: Planejamento da Pesquisa. In: CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Porto Alegre: Artmed, 2010. p. 175-265.

FAGUNDES, Flávia Maiara Lima; SOBREIRA, Silvia Garcia. Deficiência e capacitismo: O ensino e a aprendizagem musical a partir de práticas pedagógicas anticapacitistas. **Orfeu**, Florianópolis, v. 8, n. 1, p. e0114, 2023. DOI: 10.5965/2525530408022023e0114. Disponível em:

<https://www.revistas.udesc.br/index.php/orfeu/article/view/23744>. Acesso em: 1 dez. 2025.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

GALVÃO, M. R.; CASIMIRO, S. A. A. O..O papel do professor na escola: Educação e transformação. **Revista OWL (OWL Journal) - REVISTA INTERDISCIPLINAR DE ENSINO E EDUCAÇÃO**, [S. l.], v. 1, n. 2, p. 134–148, 2023. DOI: 10.5281/zenodo.8221275. Disponível em: <https://revistaowl.com.br/index.php/owl/article/view/47>. Acesso em: 1 dez. 2025.

GONÇALVES, Isabela Cunha; GOMES, Vera Lucia. Desenho Universal para Aprendizagem e a consolidação de uma prática inclusiva no Brasil. **Revista Diálogos Interdisciplinares**, v. 1, n. 17, 2025. DOI: 10.55028/gepfp.v1i17.22689. <https://periodicos.ufms.br/index.php/deaint/article/view/22689> . Acesso em 14 de jan. 2026.

GUIMARÃES, Grazielle F. B; BARBOSA, Elizângela N. C.; OLIVEIRA, Josiléia C. Deficiência intelectual: refletindo sobre a mediação na equiparação de oportunidades de acesso ao conhecimento. **Revista Teias**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 82, 2025. DOI: 10.12957/teias.2025.91325. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistateias/article/view/91325>. Acesso em: 22 dez. 2025.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliar para promover: As setas do caminho**. Porto Alegre: Mediação, 2014.

KUMADA, Kate Mamhy Oliveira; SOUZA, Marcia Maurilio; PAGAIME, Adriana. **Fundamentos históricos, filosóficos e pedagógicos da Educação Especial e Inclusiva**. São Paulo: Editora UFABC, 2022.

LIMA, S. M. de; SENA, L. de S.; SERRA, I. M. R. de S. Jogos digitais e inclusão escolar e estudantes com deficiência intelectual: Uma revisão de literatura (2015 A 2023). **Revista Contemporânea**, [S. l.], v. 4, n. 4, p. e3950, 2024. DOI: 10.56083/RCV4N4-224. Disponível em: <https://ojs.revistacontemporanea.com/ojs/index.php/home/article/view/3950>. Acesso em: 22 dez. 2025.

MACÊDO, C. R.; DE FREITAS, C. A.; TEIXEIRA, L. A. S. A inclusão da pessoa com deficiência no ensino superior: possibilidades e desafios no acesso e permanência. **Caderno Pedagógico**, [S. l.], v. 21, n. 1, p. 3407–3424, 2024. DOI: 10.54033/cadpedv21n1-181. Disponível em: <https://ojs.studiespublicacoes.com.br/ojs/index.php/cadped/article/view/2593>. Acesso em: 1 dez. 2025.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** São Paulo: Summus, 2015.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão Escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

MELO, Douglas Christian Ferrari de; SILVA, João Henrique da. Educação anticapacitista em Direitos Humanos: um horizonte ético-político?. **Revista Videre**, [S. l.], v. 16, n. 35, p. 38–56, 2024. DOI: 10.30612/videre.v16i35.17600. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/videre/article/view/17600>. Acesso em: 1 dez. 2025.

MORAN, José Manuel. **Educação híbrida**: um conceito-chave para a educação, hoje. Porto Alegre: Penso, 2015.

OLIVEIRA, Aline; VÉRAS, Sonia C. L. M. A promoção de formação continuada sobre inclusão na percepção de educadores do sistema público no Distrito Federal/Brasil: avanços e desafios. **Revista Diálogos e Perspectivas em Educação Especial**, Marília, SP, v. 9, n. 1, p. 163–174, 2022. DOI: 10.36311/2358-8845.2022.v9n1.p163-174. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/dialogoseperspectivas/article/view/13523>. Acesso em: 1 dez. 2025.

PINA, Márcio Roberto Almeida; SANTANA, Ana Paula. Adaptação e avaliação da aprendizagem no contexto de sala de aula de Língua Portuguesa para educandos com autismo: uma revisão integrativa. **Cadernos Cajuína**, [S. l.], v. 10, n. 4, p. e1164, 2025. DOI: 10.52641/cadcajv10i4.1164. Disponível em: <https://v3.cadernoscajuina.pro.br/index.php/revista/article/view/1164>. Acesso em: 22 dez. 2025.

REIS, Marcos Ribeiro; COUTINHO, Diógenes José Gusmão. HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA NO BRASIL. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, [S. l.], v. 10, n. 12, p. 2725–2741, 2024. DOI: 10.51891/rease.v10i12.17490. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/17490>. Acesso em: 1 dez. 2025.

RODRIGUES RIBEIRO, Luciene; VALVERDE, Clodoaldo. Ludicidade e TDIC no ensino de Ciências: Perspectivas do DUA e da BNCC para a inclusão de estudantes com necessidades educacionais específicas nos anos iniciais. **Anais da Semana de Licenciatura**, Jataí, v. 1, n. 1, p. 544–555, 2025. Disponível em: <https://periodicos.ifg.edu.br/index.php/semlic/article/view/3037>. Acesso em: 22 dez. 2025.

ROPOLI, Edilene Aparecida *et al.* **A educação especial na perspectiva da inclusão escolar**. A escola comum inclusiva. 2010.

SILVA SANTOS, Josiane; DA SILVA, Luciene. Alfabetização científica e o uso de estratégias no ensino de ciências naturais para estudantes com deficiência intelectual. **Revista da Faculdade de Educação**, [S. l.], v. 40, p. e402410, 2024. DOI: 10.30681/faed.v40i.12670. Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/ppgedu/article/view/12670>. Acesso em: 22 dez. 2025.

SOUZA, Katarine Lapuente; MACHADO, Juliana Brandão. Formação de professores e educação inclusiva: contribuições das pesquisas sobre capacitismo. **Missões: Revista de Ciências Humanas e Sociais**, [S. l.], v. 10, n. 2, p. 01–14, 2024. DOI:

10.62236/missoes.v10i3.325. Disponível em:
<https://www.revistamissoeschs.com.br/missoes/article/view/325>. Acesso em: 1 dez.
2025.

STOBÄUS, Claus Dieter. **Educação especial**: Em direção à educação inclusiva. Edipucrs, 2003.

VASCONCELOS, A. M. L. de S.; RÊGO, L. A. do. Formação continuada e construção da identidade docente no atendimento educacional especializado: Desafios e perspectivas. **REVISTA FOCO**, [S. l.], v. 18, n. 6, p. e8816, 2025. DOI: 10.54751/revistafoco.v18n6-121. Disponível em:
<https://ojs.focopublicacoes.com.br/foco/article/view/8816>. Acesso em: 1 dez. 2025.

VIEIRA, Fabiana Silva Soares; COSTA-RENDERS, Elizabete Cristina. Avanços teóricos no Desenho Universal para Aprendizagem: rumo às práticas pedagógicas inclusivas. **Revista Teias**, v. 26, n. 82, 2025. DOI: 10.12957/teias.2025.91144. <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistateias/article/view/91144>. Acesso em 13 de jan. 2026.

VYGOTSKY, Lev S. **A formação social da mente**. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

WEBER, Janaína Britto de Castro; ROCHA, Rical Spirandeli. A deficiência intelectual e a adaptação de atividades de Língua Inglesa nas perspectivas da teoria interacionista e da educação inclusiva. **Sertanias: Revista de Ciências Humanas e Sociais**, [S. l.], v. 5, n. 2, p. 1–30, 2024. DOI: 10.22481/sertanias.v5i2.14964. Disponível em:
<https://periodicos2.uesb.br/sertanias/article/view/15732>. Acesso em: 22 dez. 2025.